

- POVOS INDÍGENAS -

Por uma pedagogia apropriada para compreender os Agroecossistemas Tradicionais

José Manuel P. Palazuelos Ballivián

Março de 2002

INTRODUÇÃO

Segundo Hecht (1991), seriam três processos históricos que contribuíram em obscurecer e diminuir a importância do conhecimento agrônomo desenvolvido pelos grupos étnicos locais e sociedades não-ocidentais: 1) a destruição dos meios de codificação, regulação e transmissão das práticas agrícolas; 2) a dramática transformação de muitas sociedades indígenas não-ocidentais e dos seus sistemas de produção em que se baseavam, como resultado de um colapso demográfico, da escravidão, do colonialismo e de processos de mercado; e 3) o surgimento da ciência positivista. Como resultado, existiram poucas oportunidades para que as instituições desenvolvidas numa agricultura holística se infiltrassem na comunidade científica formal. Tal carência, dificultaria muitas vezes, uma análise mais crítica e comparativa do impacto e real valor que, prévio à revolução agrícola, a própria troca pós-colombiana e a revolução neolítica já traziam.

A “Era dos Descobrimientos”, a colonização do Novo Mundo e a Revolução Industrial deixaram em seu rastro uma “terraplanagem cultural” que teve implicações muito grandes em todo o planeta, e notadamente para os ecossistemas da América colonizada (Vivan, 1995). Todavia, conforme avançam nossos conhecimentos sobre as culturas tradicionais, vai mudando a idéia preconcebida de suas práticas terem sido primitivas e insuficientes. Crescendo cada vez mais, a idéia e reconhecimento do caráter adequado e, em muitos casos, do sofisticado dessas práticas em relação ao manejo dos ecossistemas.

O estudo das culturas tradicionais-indígenas, e do manejo que elas exercem sobre os seus recursos

naturais, é de grande utilidade para o entendimento do conceito de sustentabilidade. Esses sistemas de conhecimento, que envolvem aspectos lingüísticos, botânicos, zoológicos, religiosos, artesanais e agrícolas, foram o produto da interação dos indivíduos com o seu meio ambiente, e transmitidos por meios orais de uma geração para outra. Ainda mais, o estudo de sistemas agrícolas e alimentares nativos tem proporcionado grande parte da “matéria prima” para o desenvolvimento de hipótese e de sistemas de produção alternativos para a agroecologia. Alguns sistemas de conhecimento e de manejo agrícola tradicional ainda permanecem e exibem importantes princípios agroecológicos e elementos de sustentabilidade, constituindo uma herança neolítica de importância considerável.

Não se pode compreender os sistemas agrícolas e alimentares tradicionais sem antes conhecer as culturas e povos que as sustentam, pois estas surgiram através de séculos de evolução biológica e cultural; representando experiências e lógicas acumuladas da relação e interação com o seu próprio ambiente específico.



COSMOVISÃO DO ENTORNO

O homem no mundo tem diferentes maneiras de enxergar, sentir o seu universo e reconhecer o seu entorno, assim como diferentes formas de se relacionar com tudo o que tem ao seu redor. Cada cultura indígena - ex. maia, asteca, hindu, chinesa, andina, guarani, etc-, teve e tem uma particular forma de ver e considerar o mundo e o cosmos na sua integridade, as mesmas que de um modo geral se caracterizam fundamentalmente pelo reconhecimento da existência de relações de reciprocidade, harmonia e complementa-ridade entre sociedade e natureza, vida material e espiritual (Compas/Comasan, 1997).

Ao falar da cosmovisão ou de conceito de vida, nos referimos à forma na qual grupos de pessoas ou



povos inteiros percebem princípios básicos de inter-relação entre o material (o ecológico-ambiental), o social (as relações sociais e sua organização) e o espiritual (as manifestações e crenças).

CARACTERÍSTICAS PARTICULARES

Os povos indígenas mantêm certas características particulares diferentes das demais, principalmente se comparado com aqueles que, em graus variáveis, estão inseridos no modelo ocidental-neoliberal, capitalista, do “livre mercado”. Como uma expressão de resistência, estas culturas conseguem reproduzir de geração em geração, lógicas e concepções próprias e surpreendentemente bastante adaptadas aos seus ambientes e condições, através do tempo. Esta diversidade de culturas e etnias manifesta seus conhecimentos, valores, tradições, crenças, etc; transmitindo-as basicamente através da prática e da oralidade (riqueza de línguas e dialetos), o que determinou modos próprios de perceber, se organizar e de agir no mundo.

É destacável como estas culturas tem aplicado, com sabedoria e estrategicamente, um manejo integrado e diferenciado dos recursos naturais, tanto de forma individual como também coletiva; respeitando e seguindo uma gradualidade e dinâmica própria, tanto no tempo como no espaço (espaço-temporal), com diferentes tipos de complexidade e arranjo dos seus sistemas (ex. SAF's, CANAPAS, etc). Inclusive, chegando a alcançar interessantes níveis de auto-suficiência, junto com a prática de formas comunitárias de trabalho, de organização interna e de intercâmbio; baseadas em relações de solidariedade, de reciprocidade e equidade (ex. mutirões, trocas solidárias, etc).



PROBLEMAS ATUAIS

Vivemos um tipo de desenvolvimento que, segundo Morim (1977, citado por Brandenburg, 1988), suscita um subdesenvolvimento psicológico, moral e afetivo. Além de exclusão, a homogeneização provocada pela massificação cultural, acaba por destruir culturas locais e étnicas, provocando uma crise de identidade social. Destrói as formas de vida anterior sem dar condições de reintegrá-los a uma vida social que permita realizarem-se satisfatoriamente.

Os povos indígenas sofrem uma série de agressões e desrespeito aos seus direitos e reivindicações, tendo sido levados à marginalização e

discriminação abusiva. Começa pela questão fundiária e os seus direitos originários sobre as terras (rios e florestas); passa pela perda de patrimônio genético através da biopirataria de germoplasma nativo (o caso das patentes), a exploração dos seus recursos por alheios (mineração) e o não-reconhecimento do saber tradicional (a propriedade intelectual); segue também pela falta de atenção da sociedade civil e do Estado no seu papel de responsabilidade nas políticas públicas; e vai ainda pela imposição de lógicas, valores e hábitos forâneos e alienantes (inclusive de mercado e de consumo), provocando uma aculturação e perda de diversidade (biológica e de saberes).

O QUE PRECISAMOS PROMOVER (...manter ou mudar)?

É fundamental lembrar que a nossa finalidade maior é e deve ser a de defender e promover principalmente a dignidade, democracia, liberdade, cidadania, graus estratégicos de autonomia e independência; através de um maior compromisso de responsabilidade mútua, de solidariedade e do reconhecimento de valores ético-morais-espirituais; combatendo constantemente toda forma de opressão, subordinação, homogeneização, desrespeito, injustiça, banalização ou desagregação, que coloque em risco a sua sobrevivência e condição de vida decente.

A transformação de uma realidade começa com a conscientização das suas necessidades e aspirações, assim como com a compreensão do condicionamento e das contradições que afetam essa realidade através da sua própria história. Isto deve partir então do reconhecimento e estímulo de serem os próprios indivíduos e seus grupos organizados, os protagonistas nas decisões do seu destino e possibilitar uma participação verdadeiramente ativa que promova a sua autodeterminação, gestão própria e emancipação.

Importante é partir também do reconhecimento e respeito da identidade tribal que os caracteriza e organiza internamente, para o qual devem ser promovidas oportunidades que as desenvolvam e

fortaleçam. Tanto no apoio à legitimação de suas reivindicações, quanto do auxílio na mediação dos conflitos que sofrem, devem seguir os caminhos da democracia e da justiça.

Aos poucos, e pelas crises modernas que passamos, os meios acadêmicos e científicos, como também parte da sociedade civil, vão reconhecendo o valor e importância destas formas de se viver e de promover a vida; sendo vistas como um exemplo de desenvolvimento endógeno e auto-sustentável, baseadas em estratégias de sobrevivência em harmonia com o meio ambiente. Este reconhecimento e resgate de experiências, conhecimentos e manifestações, inclui uma destacada atenção no estudo destes povos e de suas formas alternativas no uso dos recursos naturais, de alimentação e de resistência; estando aberto o convite para a compreensão dos princípios, fundamentos e lógicas que regem estes interessantes e importantes processos.



VAMOS INTERAGIR!

O homem vê e interpreta a sua realidade através da uma percepção própria, fruto da apreensão vinda da experiência de vida acumulada, como também através de uma aprendizagem vinda da experiência de seus contemporâneos e da herança ancestral. Porém existe a situação de, em muitos casos, o conhecimento transmitido estar dissociado do contexto em que se aplica, promovendo cada vez mais, uma disjunção entre o aporte deste conhecimento e a condição de vida dessas sociedades. Conseqüentemente, aumentando a distância entre a condição do homem e os conhecimentos produzidos.

Estas e outras evidências nos demonstram a necessidade de rever, até onde muitos dos esforços em promover conhecimentos, conseguem cumprir e satisfazer as demandas, necessidades, interesses e prioridades de quem os recebem.

Surge então a necessidade de se aplicar, cada vez mais, uma pedagogia que promova mudanças para um comportamento mais inclusivo de entender e produzir o conhecimento, através de uma percepção desfragmentada, mais ampla e polifocal da realidade, e, portanto, congruente com o contexto imediato e a realidade concreta de uma determinada etnia. Esta



formação deve permitir a construção do conhecimento partilhado e coletivo, ancorada no compromisso de luta e estabelecimento de espaços de reflexão-ação; como também, ser motivadora e propositiva, através de uma prática dialógica que estimule a própria iniciativa rumo a uma *práxis* transformadora e efetiva.

Para isto, é requisito fundamental promover e desenvolver um raciocínio analítico, reflexivo, crítico, criativo, integrativo e problematizador; que leve a uma conscientização do homem no que se refere ao seu valor, condição e papel a que tem direito na sociedade e nas estruturas de decisão e poder.

ALGUMAS ALTERNATIVAS

Os principais problemas do nosso tempo são sistêmicos, o que significa que estão intimamente interligados e são interdependentes. Eles não podem ser entendidos no âmbito da metodologia fragmentada que é característica de nossas disciplinas e de nossos organismos governamentais (Capra, 1982). Há uma necessidade de superar a posição simplista de querer compreender e resolver os problemas através de soluções unidirecionais demasiadas específicas (a linearidade), para realidades multidimensionais e problemas que são freqüentemente interdependentes e, portanto, estão de alguma forma relacionados (múltiplas causas e efeitos).

Segundo Souza (1997, citado em SED, 1998):



“O conhecimento na perspectiva de uma visão sistêmica possibilita a análise das complexidades inerentes às relações presentes na natureza e que transcende para o âmbito das relações sociais. Portanto, a visão sistêmica vincula-se a uma ampla visão da realidade, cuja essência está na consciência de inter-relações e interdependências entre todos os fenômenos naturais e também sociais”.

Nesse labor, não bastará, porém, a mera descrição dos processos e fenômenos que ocorrem nesses sistemas (de fato já complexos!) por mais detalhada e sofisticada que esta possa ser. Mas é fundamental promover também uma outra percepção que permita compreender os diversos significados (valores e impactos) que uma determinada ação ou intervenção pode provocar ou assumir, sob condições específicas e contextuais, ao se tomar em conta os conflitos de interesses que se originam, fundamentalmente para aqueles grupos humanos que interagem no dia a dia e fazem parte legítima e histórica desses sistemas.

Dentro dessa revelação de relações que os componentes de um sistema conseguem expressar, muitos destes se reconhecem como conflitos e antagonismos, mas também é possível e fundamental apontar as possíveis interações e inter-relações que promovam uma maior compatibilidade, sinergismo e complementaridade. Por isso, da importância de considerar que qualquer intervenção ou modificação poderá afetar, positiva ou negativamente, não só um componente em particular,

mas também outros; portanto, sempre haverá vários graus de efeito no sistema como um todo.

Foram as próprias controvérsias na interpretação da realidade que serviram para alcançar novas perspectivas sobre os trabalhos disciplinares. E é a partir de problemas concretos do real que a prática interdisciplinar se estabelece, constituindo "interdisciplinarmente" a problemática e as hipóteses de trabalho. A rigor, a prática interdisciplinar requer de uma mudança de mentalidade, uma nova visão de mundo. Não se trata de acumular mais informação e sim de adquirir uma outra forma de perceber os processo e fenômenos (talvez... uma consciência maior!)

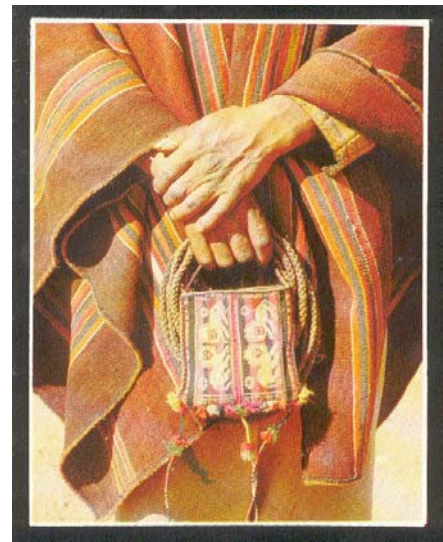
Precisamos promover então a criação e adaptação de instrumentos e métodos para compreender e trabalhar sobre os sistemas complexos dos povos indígenas, tendo como base o enfoque sistêmico, como "passaporte", e a abordagem interdisciplinar, como "interprete", nesta viagem holística e poliocular rumo ao encontro dessa união e diálogo do homem - natureza.

NOSSO COMPROMISSO

Toda sociedade está sempre em constante mudança e evolução porém dependerá do próprio homem testemunhar o seu declínio e desaparecimento, ou, contrariamente, valoriza-la e fraternalmente apoiar no seu resgate e (re) surgimento, dando uma oportunidade à sua sobrevivência e continuidade.

Só haverá um desenvolvimento justo se, pela própria ação dos homens, contribuirmos para uma maior consciência de humanizar as estruturas sociais, produtivas, econômicas, tecnológicas, políticas e de poder. Vamo-nos unir nesse trabalho e luta por um mundo mais humanizado, consciente e comprometido com a vida e suas expressões!

cominguarita@redemeganet.com.br



BIBLIOGRAFIA

- BALLIVIAN, J. M. P. P. **O método de análise por componentes (MAC) no planejamento de agroecossistemas.** Pós-Graduação em agroecossistemas, CCA/UFSC, Dissertação. Florianópolis, SC, 2000. 74p.
- BALLIVIAN, J. M. P. P. **A matéria orgânica na agricultura – breve histórico.** Pós-Graduação em agroecossistemas, CCA/UFSC, Trabalho acadêmico. Florianópolis, SC, 1998. 16p.
- BRANDENBURG, A. **Agricultura e desenvolvimento sustentável.** In: Congresso E. e Sociologia rural, 36º – SOBER, v.II, 1998. 193-210 p.
- CAPRA, F. **A teia da vida – Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix. 1996 256 p.
- COMPAS/COMASAN. **Agroecologia y saber campesino.** Bolívia: AGRUCO (Boletín Informativo) nº 12, mayo 1997.
- HECHT S. B. **La revolución del pensamiento agroecológico.** Revista *Agroecologia y Desarrollo*; 1: 2-15, 1991.
- SED – Secretaria de Estado da Educação e do Esporto. **Proposta Curricular (Educação Ambiental).** Florianópolis: Temas Multidisciplinares – COGEN, 1998. p. 47-61.
- VIVAN, J. L. **O elemento animal nos sistemas produtivos: uma abordagem ecológica.** Texto para Debate / AS-PTA; agosto, 1995.
- FOTOGRAFIAS – Extraídas da **Enciclopédia Bolívia Mágica-BOERO, Hugo Eduardo.**

